

História Oral e Trabalhadores: Perspectivas e Desafios

Joselene Ieda dos Santos Lopes de Carvalho^I

Tânia Mara de Bastiani^{II}

Resumo: O presente artigo objetiva discutir a partir de literaturas da historiografia a presença ou ocultação da classe trabalhadora na História. Além disso, visa apresentar algumas concepções que foram fundamentais para o início da discussão dos sujeitos comuns, tendo por base a reflexão do ofício do historiador e seu comprometimento com o meio social. Por seguinte, discutimos como a inserção da História oral metodologicamente e teoricamente tem auxiliado desde a década de 1990 a historiografia que se dedica a pesquisar os trabalhadores no Brasil.

Palavras-chave: Trabalho. Trabalhadores. Historiografia. História Oral.

ORAL HISTORY AND WORKERS: PERSPECTIVES AND CHALLENGES

Abstract: The present article aims at discussing from the literatures of historiography the presence or concealment of the working class in History. In addition, it aims to present some conceptions that were fundamental to the beginning of the discussion of common subjects, based on the reflection of the office of the historian and his commitment to the social environment. Next, we discuss how the insertion of oral history methodologically and theoretically has assisted since the 1990s the historiography that is dedicated to researching workers in Brazil.

Keywords: Work. Workers. Historiography. Oral History.

Artigo recebido em 05/06/2019 e aprovado em 30/06/2019.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO
TÂNIA MARA DE BASTIANI

Perguntas de um trabalhador que lê

Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis:
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam
gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou?
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhava o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.
(Bertolt Brecht)

Na base dos diversos questionamentos de Bertolt Brecht, está a ausência dos trabalhadores nos grandes feitos históricos. Criticando uma história dita tradicional e que, por sua vez, está interligada as concepções do Positivismo, a problemática levantada por Brecht, possibilita-nos refletir sobre os sujeitos que muitas vezes não aparecem na abordagem dos acontecimentos, entretanto, sem os quais não teríamos os enfrentamentos e rupturas que fazem o movimento da história.

Assim como Brecht nos faz refletir sobre a ausência dos trabalhadores no registro dos acontecimentos, a invisibilidade dos mesmos na historiografia também é preocupação abordada por alguns autores. Nos anos de 1970 um grupo de pesquisadores denominados “Nova Esquerda Inglesa” iniciou a proposta da abordagem dos sujeitos históricos “vistos de baixo” visando uma maior atenção dos historiadores àqueles que até então eram vistos apenas como números. Tais inovações metodológicas fizeram parte de um cenário mais amplo em que a disciplina de História passava por modificações advindas das enormes facetas do autoritarismo presente no século XX. Portanto, era necessário repensar o “fazer História” e, assim, conceber os sujeitos como protagonistas de suas histórias.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

Influenciados por tais inovações, no Brasil, um pouco mais tardar, pesquisadores também dedicaram seus estudos sobre a ausência dos trabalhadores no registro dos acontecimentos. Com uma releitura do contexto da escravidão em que autores como Silvia Lara^{III}, Sidney Chalhoub^{IV}, Ronaldo Vainfas^V inseriram na discussão da História do Brasil uma perspectiva diferente da apontada por Gilberto Freyre^{VI} e, além disso, perpassando novos embates sobre a presença da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, onde duas obras tornaram-se populares: “Pensando a Classe Operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”^{VII} e “Quando novos personagens entraram em cena”^{VIII}, uma nova forma de “fazer história” também se delineou no cenário nacional.

No que se refere ao como fazer, ou seja, como dar maior protagonismos aos sujeitos, na década de 1990, a obra “Usos e abusos da História oral”^{IX}, auxiliou significativamente nos âmbitos acadêmicos a discussão sobre essa nova metodologia ao ser utilizada e influenciando ainda mais a possibilidade de inserir os trabalhadores e movimentos sociais no campo historiográfico, levando em consideração a narrativa de suas experiências.

Neste contexto, estes breves escritos se propõem a abordar, dentro de uma perspectiva marxista, as concepções sobre a definição de trabalho, tanto em suas determinações universais, quanto sua caracterização na sociedade mercantil a que estamos inseridos como sendo alienado, para, posteriormente, compreendermos como os seus sujeitos, ou seja, os trabalhadores, foram abordados pela historiografia brasileira e como a História Oral tem contribuído no campo de estudos da classe trabalhadora.

Portanto, ao longo deste texto, assim como Brecht, nos dispomos a questionar e nos lançamos na reflexão dos seguintes questionamentos: O que é trabalho? Podem os seres humanos sobreviver sem ele? Todo trabalho é alienado? Como se dá o trabalho na sociedade dominada pelo capital? Como os sujeitos do trabalho, ou seja, os “trabalhadores” apareceram, se é que aparecem, na historiografia brasileira? São protagonistas de suas histórias ou invisibilizados atrás do Estado, do Sindicato ou de alguma organização que os represente? Como a História oral contribui no campo de estudos da classe trabalhadora? É o que veremos a seguir.

Trabalho: breves considerações

Não é raro ouvirmos a frase de que “o trabalho dignifica o homem”. Em um primeiro momento, podemos perceber enquanto uma abordagem otimista diante do trabalho, entretanto, por trás dela pode estar implícita uma perspectiva que vai de contra mão a percebida de imediato. Tendo por base teórica o marxismo, tentaremos refletir sobre os seguintes questionamentos: O que é trabalho? Podem os seres humanos sobreviver sem ele? Todo trabalho é alienado? e, a partir dos questionamentos, reflexões sobre o conteúdo da frase destacada.

Diante de uma perspectiva marxista, o trabalho, em suas determinações universais, é a categoria fundante do ser social, pois para que haja história é necessário seres humanos vivos que, para continuar sobrevivendo, necessitam suprir necessidades básicas que, por sua vez, são retiradas da natureza. Esta, da qual o homem também é parte, proporciona tal satisfação, ou seja, a natureza é o corpo do homem e com a qual ele tem que viver em constante contato para não morrer, processo este que podemos chamar de trabalho, ou seja, para Marx, “o trabalhador nada pode criar sem a natureza,

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

sem o mundo externo sensível. Este é o material onde se realiza o trabalho, onde ele é ativo, a partir do qual e por meio do qual produz coisas”^X.

Acompanhando este raciocínio, podemos afirmar que o trabalho é condição da vida humana e existe em qualquer forma de organização social, pois, conforme Marx^{XI}, para “fazer história” é preciso estar vivo e para sobreviver é preciso tirar da natureza, através do processo chamado de trabalho, a satisfação de suas necessidades.

[...] a primeira premissa de toda existência humana, e portanto de toda a história, é a premissa de que os homens para “fazer história”, se achem em condições de poder viver. Para viver, todavia, fazem falta antes de tudo comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois a geração dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da vida material em si [...]. A primeira coisa em toda concepção histórica é, portanto, observar este fato fundamental em toda a sua significação e em todo o seu alcance, e colocá-lo no lugar que lhe corresponde. [...] A segunda coisa é que, satisfeita esta primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e a aquisição do instrumento necessário para tanto conduzem a novas necessidades – e esta criação de novas necessidades constitui o primeiro fato histórico^{XII}.

Seguindo esta perspectiva teórica, Godelier discutiu o trabalho enquanto um processo entre homem e natureza, ou seja, segundo o autor o trabalho é

[...] uma atividade intencional, uma série organizada de ações diretas ou indiretas sobre a natureza de modo a separar alguns de seus elementos das ligações imediatas com as suas condições de existência, com o seu ambiente, e utilizá-los na reprodução material dos indivíduos e das suas relações recíprocas, das suas relações sociais, da sua sociedade^{XIII}.

Portanto, vimos até agora que o trabalho em suas determinações universais existe em qualquer forma de sociedade, visto que é ele que mantém os seres humanos vivos, através da relação destes com a natureza. Entretanto, como se dá o trabalho na sociedade dominada pelo capital?

A sociedade em que vivemos hoje apresenta de um lado uma classe de “possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante compra de força de trabalho alheia”^{XIV} e, de outro lado, uma classe formada por “trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho”^{XV}.

Nesta sociedade que podemos denominar de mercantil, o acesso aos meios de subsistência para a continuidade da existência humana está condicionado ao acesso as mercadorias enquanto valores de uso, sendo assim, os seres humanos fazem da sua atividade vital não um fim da existência, mas um simples meio com o intuito de adquirir mercadorias que lhe darão possibilidade de continuar existindo, meio este que nesta sociedade é o dinheiro.

É neste contexto que o trabalho na sociedade dominada pelo capital caracteriza-se como sendo alienado. A alienação do trabalhador, segundo Marx^{XVI}, se realiza em 4 aspectos, tanto diante do produto, pois o objeto que o trabalho produz passa a ser estranho ao trabalhador por não pertencer-lhe, ou seja, por ter uma existência exterior a ele, quanto ao ato da produção ou atividade produtiva, pois o trabalho é externo ao trabalhador e este só se sente em si fora do trabalho, pois ele não é seu trabalho, mas

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

sim de outro, já que o trabalho não é a base para a satisfação de uma necessidade, mas sim apenas um meio de satisfação de necessidades externas ao trabalhador. Além da relação com o produto e com seu trabalho, a alienação do trabalhador compreende a relação do homem consigo próprio, ou seja, diante da sua vida, do ser genérico, pois, diferente dos animais, ao ter atividade vital consciente e produzir além das necessidades de satisfação imediata, lhe ocorre a subtração do objeto que deveria ser seu e, finalmente, em relação a outro homem, que não trabalha, mas apenas usufrui das riquezas geradas pelo trabalhador que, por sua vez, torna-se mais pobre quanto mais riqueza produz, já que esta não lhe é externa.

Assim, podemos concluir que o trabalho, em suas determinações universais, existe em qualquer forma de sociedade e que nem todo trabalho é alienado, sendo este uma característica do trabalho na sociedade dominada pelo capital. Neste sentido, não concordamos, por exemplo, com uma frase de Godelier onde ele afirma que “não pode haver perspectiva de libertação do trabalhador sem perspectiva de o libertar do trabalho”^{XVII}, pois acreditamos e defendemos, dentro de uma perspectiva marxista, que a libertação do trabalho alienado tal qual se apresenta na sociedade dominada pelo capital pode e deve existir, entretanto, os seres humanos jamais se libertarão do trabalho em suas determinações universais, pois é por meio dele que transformam a natureza para continuar existindo.

Feitos estes esclarecimentos, voltemos a reflexão da frase. Tendo por base a concepção de que dignidade é o “modo de proceder que transmite respeito; autoridade, hora, nobreza”^{XVIII}, a frase de que “o trabalho dignifica o homem” pode ser entendida ao menos de duas formas, pois depende de que concepção de trabalho estamos nos referindo, ou seja, do trabalho enquanto categoria fundante do ser social ou do trabalho alienado.

No entendimento da primeira concepção, a frase demonstra que o trabalho dignifica o homem na medida em que é por meio dele que este transforma a natureza e tira seus meios de subsistência, na dignidade está implícita, portanto, a continuidade de existência dos seres humanos. Entretanto, se partirmos do entendimento da segunda concepção, ou seja, o trabalho alienado, não é possível afirmar que a dignidade exista relacionado a ele, pois, conforme vimos, o trabalhador não produz para si e nem se realiza por meio da atividade produtiva, logo anda na contramão da possibilidade de ter dignidade por meio dele.

Para além do entendimento das duas concepções de trabalho, pode-se dizer que na divisão social entre os dignos - que trabalham, mesmo que esse trabalhador seja alienado em relação ao produto, ao seu trabalho, consigo próprio ou a outro homem; e os indignos - aqueles que não trabalham ou que exerçam atividades ilegais e ilícitas, está implícita uma forma de convencimento de que o trabalho e a dignidade estão relacionados e que, portanto, trabalhar, independente de qual seja sua dimensão, é melhor do que não trabalhar e, por sua vez, fazendo com que grande parte dos que vendem sua força de trabalho não questionem sobre sua real situação o que acaba por contribuir para a continuidade da sociedade mercantil a que estamos imersos e ao enriquecimento dos que, por sua vez, não trabalham.

Os trabalhadores no imaginário acadêmico: breves considerações

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

Partindo dos pressupostos de que o trabalho, em suas determinações universais, existe em qualquer forma de sociedade e que nem todo trabalho é alienado, sendo este uma característica do trabalho na sociedade dominada pelo capital que, por sua vez, expressa-se na alienação do trabalhador em relação ao produto, ao seu trabalho, consigo próprio ou a outro homem, partiremos agora dos sujeitos que o constroem, pois acreditamos, agora concordando com Godelier que analisar o trabalho é “analisar os indivíduos que participam diretamente no seu processo, os trabalhadores, e todos os que, sem participar diretamente nesse processo, tem algo a ver com o controle e a apropriação das suas condições de exercício e respectivos resultados”^{XIX}. Entretanto, neste momento, não abordaremos trabalhadores em específico, mas tentaremos, de forma ampla, compreender: Como os sujeitos do trabalho, ou seja, os “trabalhadores” apareceram, se é que aparecem, na historiografia brasileira? São protagonistas de suas histórias ou invisibilizados atrás do Estado, do Sindicato ou de alguma organização que os represente?

Paoli, Sader e Telles investigam o estudo sobre a classe operária através da análise de obras escritas nas décadas de 1960 e 1970, classificando o período estudado como “Paradigma da classe como sujeito subordinado”. Observam que, a partir da década de 1960, os representantes do paradigma, ou seja, autores como Juarez Rubens Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Alain Tourane, Azis Simão, Leôncio Martins Rodrigues e José Albertino Rodrigues ao examinarem “os desajustamentos dos trabalhadores na sociedade industrial, a falta de consciência de classe do proletariado, o estabelecimento de um sindicalismo operário controlado pelo Estado”^{XX}, fazem com que a classe operária se torne objeto de reflexão no Brasil, iniciando assim uma tradição de estudos sobre ela.

No entanto, os autores do “Paradigma da classe como sujeito subordinado”, tendo por base uma sociedade industrial em formação, ainda concebem a imagem da classe em negativo, sem que isso signifique um desconhecimento da existência e importância da classe operária que aparece subordinada ao Estado e, portanto, por estar submetida ao seu peso tutelar, carece de consciência adequada que pudesse impulsionar transformações sociais e políticas.

Entretanto, sinais de ruptura acadêmica com o paradigma que mantém a classe como subordinada ao Estado começam a se fazer presente nos anos que seguem o golpe civil-militar de 1964, pois o Estado passa a perder a credibilidade através, por exemplo, do fim do otimismo desenvolvimentista, falência do projeto nacional-democrático da derrota política, da postura autoritária e repressiva assumida por ele, além do silêncio político e ocultamento da presença da classe trabalhadora.

Neste sentido, Paoli, Sader e Telles apontam os trabalhos de Francisco Weffort publicados em 1972 como um ponto de inflexão dos estudos sobre a classe enquanto subordinada ao Estado, pois ele, apesar de continuar procurando a classe nos sindicatos e no partido (Partido Comunista), “ao qualificar politicamente a ação da classe operária enquanto possibilidade de negar o lugar subordinado que o Estado lhe impõe, movimentando-se num campo onde já se faz possível pensar a classe operária enquanto sujeito”^{XXI}.

Entretanto, enquanto os trabalhos de Weffort são classificados como um ponto de inflexão, as publicações acadêmicas após 1978, ano das greves de massa, sofrem o que os autores classificam como ruptura, ou seja, os trabalhadores que eram vistos

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

como personagens subordinados ao Estado e incapazes de impulsão própria e, após 1964, silenciados e atomizados politicamente pelo regime militar, irrompem na cena política em 1978 falando por boca própria e revelando a existência de formas de organização social que haviam tecido à margem dos mecanismos tradicionais montados para representá-los e que serviam para sua cooptação, enquadramento e controle^{XXII}.

A partir de 1978, a historiografia passa a questionar a passividade dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, concebê-los como “sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber”^{XXIII}. Neste sentido, há o que Chalhoub e Silva^{XXIV} classificam como alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisas envolvendo os trabalhadores.

O “Paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado” é denominado no texto de Chalhoub e Silva de “Paradigma da ausência”, predominante nas décadas de 1960 e 1970, mas que a semelhança do primeiro contexto tem o Estado enquanto protagonista. Nesta perspectiva, enquanto o texto de Paoli, Sader e Telles tem como foco a classe operária, o de Chalhoub e Silva expõe como os escravos estão ausentes na bibliografia, ou seja, problematiza a “visão do escravo como um ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprias”^{XXV} e busca as origens de tais ausências nas fontes intelectuais como Joaquim Nabuco e José de Alencar. Enquanto o primeiro apostava que a abolição deveria ser uma iniciativa do poder público, Alencar julgava que era função da iniciativa dos senhores, entretanto, nenhum deles concebia a abolição enquanto uma iniciativa dos escravos que, por sua vez, para estes autores, estavam ausentes de seu próprio processo de libertação.

Além dos escravos, outro ponto abordado pelos autores são os trabalhadores na historiografia brasileira. Assim, como forma de continuidade aos escritos de Paoli, Sader e Telles que por sua vez datam de 1983, distinguem 3 vertentes de investigação acadêmica da história dos trabalhadores no Brasil a partir da década de 1980. A primeira sobre os movimentos operários da Primeira República “abordando a sua inspiração anarquista e estratégias de recusa em relação ao Estado”^{XXVI}; a segunda tendo como foco o retorno às tentativas de interpretação do populismo de forte influência de E. P. Thompson; a terceira caracterizada pelo alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisas envolvendo os trabalhadores que na visão de Paoli, Sader e Telles foram influenciadas pelas greves de massa de 1978.

O trabalho “Quando novos personagens entraram em cena”^{XXVII}, publicada pela primeira vez em 1988, é um exemplo da terceira vertente de investigação acadêmica da história dos trabalhadores no Brasil a partir da década de 1980, distinguida por Chalhoub e Silva. Ao destacar a análise dos movimentos populares de São Paulo das décadas de 1970 e 1980, Sader identificou como a classe trabalhadora produziu-se como sujeito coletivo dando uma perspectiva política para a realidade que vivenciavam.

A obra de Sader, além de inserir esses trabalhadores, legitima suas lutas, e rompe com uma concepção de que não havia um projeto político por trás das manifestações. Analisando o que denominou de “instituições em crise” que foram as Igrejas, sindicatos, entre demais organizações, identifica as novas vias de recomposição dos trabalhadores e os novos sentidos por que passam a reivindicar suas lutas. Sem, entretanto, se deixar levar por uma visão romantizada, pois compreende que mesmo que

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

estejam tentando se organizar para além do papel do Estado, ainda possuem certa dependência a essa instituição, o que acaba aprisionando-os em certa medida. O grande problema que o autor aponta é o fato de que, ao acreditar que precisam da legitimação do Estado para suas reivindicações, acabam solicitando reformas e não propriamente modificações reais.

Uma outra ruptura de paradigmas proposto por Sader é de que espaços que até então eram analisados como reproduções burguesas, assumem outro sentido quando o pesquisador debruça sua análise para entender como os trabalhadores observam aquele espaço. Assim, se por um lado o espaço fabril é de intensa exploração, por outro lado, é inevitável que não se torne também um espaço de resistência. Muitos trabalhadores passam mais tempo com seus colegas de trabalho do que com seus filhos, por isso, nas rodas de conversa, na hora que estão ao lado na linha de produção, começam a se organizar. Portanto, Sader chama a atenção para que as pesquisas levem em consideração tais aspectos. O que de fato aconteceu, visto que surgiram diversos trabalhos que dedicaram-se em considerar os espaços de lazer da classe trabalhadora, os bairros em que vivem, seu contato com a religião e demais organizações.

A terceira vertente de investigação acadêmica da história dos trabalhadores no Brasil a partir da década de 1980, distinguida por Chalhoub e Silva e exemplificada pelo trabalho de Sader, não somente ampliou o conceito de trabalhador para além dos movimentos operários organizados, pois passou-se a buscar

os agrupamento profissionais (têxteis, gráficos, portuários etc.), suas formas de organização, movimentos específicos e dinâmicas próprias, a composição da força de trabalho, fluxos migratórios, a vida operária dentro das fábricas, os processos de trabalho, assim como o lazer e o cotidiano dos trabalhadores fora da fábricas, abrangendo aspectos como cultura, etnicidade, gênero, educação, habitação etc.^{XXVIII}.

Atualmente, esta terceira vertente, ganha cada vez mais espaço nos trabalhos acadêmicos à medida que ampliam-se os estudos do tempo presente, tendo entre as fontes de pesquisa a história oral passa-se a conceber os trabalhadores além da classe e do local de trabalho, compreendendo também aspectos da vida cotidiana.

História oral: contribuições no campo de estudos da classe trabalhadora

Considerando a mudança de perspectiva na abordagem dos trabalhadores que, por sua vez, por influência das greves de massa de 1978, passaram de subordinada ao Estado à sujeitos de sua história e, conseqüentemente, o alargamento de horizontes conceituais e possibilidades de pesquisas, partiremos agora da análise das contribuições da História oral no campo de estudos da classe trabalhadora.

Inúmeras são as possibilidades que esse tipo de fonte permite para os pesquisadores. Mas o que torna a história oral tão significativa é justamente conforme aponta Alessandro Portelli, “a palavra chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas”^{XXIX}.

O que Portelli nos chama atenção em direção as variadas possibilidades em relação a História oral é que o campo historiográfico por muito tempo partia de vieses positivistas que permitiam que apenas fosse contado “um lado da história”, através das

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

narrativas, entretanto, podemos propor um novo tipo de História, em que os sujeitos comuns encontram um espaço para refletir e narrar suas experiências.

Uma das obras mais importantes, deste mesmo ano, que possibilitou o avanço nas graduações e pós-graduações das Ciências Humanas no Brasil sobre esta temática, foi o livro “Usos e abusos da História oral” de Janaína Amado e Marieta Ferreira. As autoras organizaram este livro contando com pesquisadores de diversos países, que se propuseram a discutir a importância das narrativas para a História. Na apresentação da obra afirmam que “os textos não apresentam assim unidade teórica, metodológica ou técnica; alguns expressam pontos de vista opostos. Foram escolhidas, além de sua qualidade, por representarem diversas tradições historiográficas e correntes de pensamento”^{XXX}.

Deste modo, este livro foi um dos precursores sobre o embate teórico-metodológico dessa nova fonte que passou a ser mais discutida e inserida nas análises a partir da década de 1990. Contando com nomes renomados como o de Alessandro Portelli que, a partir de então, tornou-se mais conhecido e popularizado nos ambientes acadêmicos. Ainda que, na obra haja divergências de opiniões a respeito do método acerca das narrativas orais, há algo que perpassa todos os textos que é justamente a temática da memória.

Torna-se impossível àqueles que se dedicam a pesquisar sobre teoria da História oral não se debruçarem aos percalços que a memória tem ao longo deste caminho. Afinal, centralizar no debate novos sujeitos é propor um novo tipo de memória, e em muitos casos, uma memória que é resistência à memória oficial. Entendendo que, tanto a memória oficial, quanto a memória dos sujeitos comuns, não são neutras, há necessidade do historiador analisá-las enquanto fontes.

De fato, ser historiador é ocupar-se bruscamente em detalhar conceitos e, portanto, para iniciar a discussão sobre a importância da História oral para a pesquisa com trabalhadores é necessário exemplificar estes dois principais termos “memória” e “História” para que não sejam confundidos.

Conforme nos lembra Portelli,

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia, quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar^{XXXI}.

Primeiramente, é importante ressaltar que a História oral não é composta apenas da descrição sem análise, há uma seletividade de quem narra e de quem escuta. Além disso, o ambiente em que acontece a narrativa diz significativamente sobre a forma como é conduzido o ato. É necessária sensibilidade ao pedir que um trabalhador de um movimento social criminalizado, por exemplo, narre aspectos de sua luta cotidiana de sofrimento em frente seus filhos. Assim como, há pontos que Portelli destaca que são intocáveis.

Portanto, o historiador não deve criar sobre os fatos um espetáculo, mas saber distinguir a importância das situações escolhidas para serem narradas e porque no

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

contexto da seletividade, outras memórias foram deixadas de lado. O silêncio também deve ser interpretado.

Conforme Portelli,

Poderíamos rejeitar essas interpretações dizendo que há, no mínimo, outras tantas que apontam para a direção oposta: histórias que consideram aquelas histórias erradas e afirmam que não somente prosseguiram no caminho possível, como também que este era o único caminho satisfatório. Mas a relevância de um motivo imaginário não pode ser medida apenas segundo cálculos de probabilidades^{XXXII}.

Mesmo que o trabalho de História oral nos permita utilizar, além das entrevistas, outras fontes para contextualizá-las, não se trata de duvidar da memória das pessoas que estamos entrevistando, mas entendê-las na complexidade que retratam as contradições dos seres humanos. Se há a intenção de uma história ser contada diferente da forma como foi vivenciada, não nos cabe reproduzir afirmando que é verdade, mas questionar quais foram os elementos que levaram a pessoa a narrar dando determinada interpretação.

Deste modo, entendendo que a História está em constante movimento, Marc Bloch escrevera que se refere à “ciência dos homens no tempo”^{XXXIII}. Juntamente com a necessidade de exemplificar o que é a História, surge o papel de compreensão da função do historiador. Sendo assim, é possível de identificarmos que a memória não é História, trata-se de um dos objetos utilizados para a construção da História e, portanto, deve ser analisada e interpretada de forma crítica. E é exatamente neste contexto que o ofício do historiador se faz necessário.

Compreendemos que não é possível pensarmos na História sem a memória, mesmo nas demais fontes como literatura, fotografia, biografias, entre outras, a memória é estabelecida em uma linha tênue com a História. A memória refere-se não somente ao passado retomando o ato de lembrar-se, mas também, sobre o presente, envolvendo o lugar em que o sujeito que narrou ocupa na sociedade.

Célebre exemplo disso, foi o embate vivenciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a frase que utilizou na Universidade de Princeton “esqueçam o que escrevi” na década de 1970. O famoso FHC, havia sido um dos companheiros assíduos de Florestan Fernandes nas cadeiras de Sociologia da USP (Universidade de São Paulo), em que pesquisando sobre a escravidão no Rio Grande do Sul apresentava elementos para a crítica do capitalismo.

Hoje, a memória que temos de FHC é que se tornou um dos maiores representantes de um partido neoliberal no Brasil, elegendo-se presidente por ele. Embora isso não apague o que havia escrito anteriormente à década de 1970, não nos cabe hoje, citá-lo como um grande sociólogo que visa romper com o capitalismo. Por isso, o espaço em que o sujeito ocupa na sociedade é determinante para a memória que escolhe narrar. A história não permite apagar os escritos de FHC, mas cabe-nos questionar, o porquê ele quer que se esqueça.

Portanto, há uma relação de alteridade e escolhas. Através da História, a memória é fixada como dimensão de “permanência” que possui para aquele que rememora e para aquele que a escuta, conforme apontara Hobsbawm^{XXXIV}. O historiador deve estar atento para lidar com a memória enquanto fonte e que ela está aberta às lembranças e esquecimentos, mas também é vulnerável e pode ser manipulada.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

Para Ulpiano Meneses, a elaboração da memória se dá no presente para responder solicitações do próprio contexto. Pode servir como um sistema de esquecimento programado.

A caracterização mais corrente da memória é como mecanismo de registro e retenção, depósito de informações, conhecimento, experiências. A memória aparece, então, como algo concreto, definido, cuja produção e acabamento se realizaram no passado e que cumpre transportar para o presente^{xxxv}.

Portanto, é tarefa do pesquisador a compreensão dos significados do esquecimento. Muitas vezes, este suposto esquecimento ou silêncio, são resultados de pressões coletivas ou de conveniência pessoal. Portanto, a memória precisa ser tratada como objeto da História, ou seja, é necessária interpretação como todas as outras fontes históricas.

E lidar com a classe trabalhadora é entendê-los como seres repletos de contradições, angústias, dúvidas e anseios. Portanto, não se trata apenas de reproduzir uma narrativa em contrapartida às “memórias oficiais”, trata-se de entender que a História não é composta apenas de heróis e de uma elite dirigente, pelo contrário. É entender como em meio às adversidades e que com elas as pessoas conseguem sobreviver e construir suas histórias.

Engana-se quem pensa que se trata de uma história com um final feliz, a maioria dos trabalhadores que entrevistamos não são representativos de uma vida sem contradições. Mas, trata-se, sobretudo, de entender que uma História do Tempo Presente que vise discutir as relações do capitalismo, por exemplo, deve ao menos tentar entender como é a vida dos principais sujeitos atingidos por este sistema econômico.

Buscamos entender na prática o porquê um trabalhador de linha de produção que tem sua vida dedicada ao trabalho exaustivo, ao ser questionado pode sorrir e dizer que tem uma vida muito boa. Obviamente se trata de aspectos maiores do que as palavras narradas, é o exercício da memória em pensar que, este trabalhador possa estar condicionando a sua vida numa escala de comparação com demais pessoas que conhece e que estejam desempregadas, por exemplo. E que portanto, a frase que indicamos no início do texto de que “o trabalho dignifica o homem” tenha sentido mesmo que inconsciente sob suas afirmações.

Portanto, um dos auxílios significativos considerados neste texto sobre a História oral, é de que possibilitou que os sujeitos do cotidiano se tornassem mais do que aspectos quantitativos nos textos, assim, a História apresenta um caráter mais humano. Impossível não considerarmos o avanço relacionado à introdução desses personagens no campo historiográfico com o auxílio da História oral, possibilitando novos debates e concretizando novos desafios, como por exemplo, a luta pela descriminalização de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Portanto, a utilização e análise de fontes como a História oral que levam em consideração as narrativas dos trabalhadores, possibilita que as pesquisas tenham uma função social, que se não tiverem tamanha capacidade para mudar o mundo, que pelo menos sirvam para considerar os sujeitos que o constroem.

Considerações finais

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO

TÂNIA MARA DE BASTIANI

Com base nas discussões da “Nova Esquerda Inglesa” que propõem a análise dos sujeitos históricos “vistos de baixo” e que, inclusive, também influenciaram pesquisadores brasileiros, os diversos questionamentos dos quais iniciamos este texto, de Bertolt Brecht, podem ser considerados como relevantes para a historiografia que tem utilizado da História Oral, no sentido em que tem tentado ampliar a atuação dos sujeitos na abordagem dos acontecimentos.

Vimos que durante as décadas de 1960 e 1970 a abordagem dos trabalhadores esteve subordinada ao Estado que, por sua vez, assumia o papel de protagonista. Entretanto, a partir das greves de massa de 1978, algumas perspectivas teóricas passam a conceber os trabalhadores enquanto sujeitos de sua história que, por sua vez, tem voz e são os responsáveis por transformações sociais.

Compreendemos que as mudanças de perspectiva teórica, ou seja, a superação do “Paradigma no qual a classe aparece como sujeito subordinado”, conforme definido por Paoli, Sáder e Telles ou do “Paradigma da ausência”, na definição de Chalhoub e Silva, são um grande passo no que diz respeito ao rompimento com a sociedade mercantil a que estamos inseridos e que tem, conforme vimos, o trabalho alienado em seus pilares. Entretanto, acreditamos que isto não basta, pois se almejamos outra sociedade, é preciso dar outros passos além do simples debate acadêmico, pois a abordagem teórica sem ações concretas de luta contra o capital não nos possibilitará tal alternativa.

Cabe aos trabalhadores unirem-se. Afinal, as experiências de luta pela sobrevivência do dia-a-dia não são incomuns, pelo contrário, condiz com a maioria da população brasileira. No Brasil, em um contexto de discussão da Reforma da Previdência, da aprovação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e as consequentes flexibilização e aumento de vagas de trabalho precarizadas e também da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/2017) que através do aumento da carga horária mínima anual a fim de ampliar as escolas de tempo integral, a flexibilização do conteúdo que será ensinado aos alunos e o maior peso ao ensino técnico e profissionalizante que acaba por tornar a escola uma aliada na formação da mão de obra, pode-se dizer que os trabalhadores tem bastante o que fazer.

No âmbito acadêmico, é necessário questionar ações práticas e teóricas de um país que parece caminhar para o retrocesso. É extremamente importante retomarmos os sujeitos comuns dos variados períodos históricos que foram fundamentais para a construção do Brasil e que se procura ocultar, pois, somente ao compreender suas histórias e demonstrar que possuem mais semelhanças do que distinções do que os sujeitos comuns do atual contexto histórico, é que podemos acreditar que novos caminhos serão possíveis.

Provavelmente, as próximas produções acadêmicas, tendo como possibilidade o *usos e abusos* da contribuição da História oral serão sobre este contexto e as consequências desses retrocessos.

Notas

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Este texto foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO
TÂNIA MARA DE BASTIANI

- ^{II} Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Este texto foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
- ^{III} LARA, Silvia. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- ^{IV} CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ^V VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão- os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- ^{VI} FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Brasília: Ed. De Brasília, 1963.
- ^{VII} PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.
- ^{VIII} SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- ^{IX} AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ^X MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1970, p. 160.
- ^{XI} MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- ^{XII} MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007, p. 50.
- ^{XIII} GODELIER, M. Trabalho. In. **Enciclopédia Einaudi**, v.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 13.
- ^{XIV} MARX, K. **O Capital**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 252.
- ^{XV} MARX, K. **O Capital**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 252.
- ^{XVI} MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1970
- ^{XVII} GODELIER, M. Trabalho. In. **Enciclopédia Einaudi**, v.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 60.
- ^{XVIII} MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=VoG9>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.
- ^{XIX} GODELIER, M. Trabalho. In. **Enciclopédia Einaudi**, v.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 21-21.
- ^{XX} PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983, p. 132.
- ^{XXI} PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983, p. 149.
- ^{XXII} PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983, p. 130.
- ^{XXIII} PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983, p. 149.
- ^{XXIV} CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.
- ^{XXV} CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009, p. 16.
- ^{XXVI} CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009, p. 30
- ^{XXVII} SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- ^{XXVIII} CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009, p. 40.
- ^{XXIX} PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72, p. 7.
- ^{XXX} AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 11.
- ^{XXXI} PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72, p. 60.
- ^{XXXII} PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Proj. História**, São Paulo, (10) dez 2013, p. 10.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO
TÂNIA MARA DE BASTIANI

-
- ^{xxxiii} BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 11.
- ^{xxxiv} HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ^{xxxv} MENESES, Ulpiano de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Instituto de Estudos Brasileiros**, SP, p.9-24, 1992, p. 9.

Bibliografia

- AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão da corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, v. 14, n. 26, p. 11-50, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. Brasília: Ed. De Brasília, 1963.
- GODELIER, M. Trabalho. In: **Enciclopédia Einaudi**, v.7. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LARA, Silvia. **Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 1970.
- MARX, K. **O Capital**. Vol. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- MENESES, Ulpiano de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: **Instituto de Estudos Brasileiros**, SP, p.9-24, 1992.
- MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=VoG9>. Acesso em: 19 de setembro de 2018.

HISTÓRIA ORAL E TRABALHADORES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

JOSELENE IEDA DOS SANTOS LOPES DE CARVALHO
TÂNIA MARA DE BASTIANI

PAOLI, M. C.; SADER, E.; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, vol. 3, nº 6, p. 129-149, 1983.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2, 1996, p. 59-72

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Proj. História**, São Paulo, (10) dez 2013.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**. São Paulo: Paz e terra, 2011.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão- os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.